

Gastos públicos em saúde, educação e assistência social nos países do Sul da Ásia

Carolina Bloch, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Como muitos países do Sul da Ásia passaram por mudanças de governo e forte crescimento econômico desde o início dos anos 2000, a pobreza e a exclusão social começaram a ganhar cada vez mais atenção. Muitos governos na região reiteraram compromissos para garantir acesso igual a cuidados básicos de saúde, educação e uma renda adequada aos seus cidadãos. Entretanto, o caminho para concretizar promessas de governo em benfeitorias para a população tem sido desigual na região. Desafios estruturais, tais como aqueles relacionados à pobreza, à desigualdade, à demografia, à segurança e às ameaças ambientais, exigem investimento público constante. Apesar da melhoria nos esforços dos governos, há obstáculos causados por falhas nas capacidades orçamentárias e institucionais.

Em comparação com outras regiões, os governos do Sul da Ásia gastam menos em saúde, educação e assistência social como proporção de seu produto interno bruto (PIB), mas há grande heterogeneidade na região. O Butão e as Maldivas, somando-se os gastos governamentais como proporção do PIB nesses três setores, têm o maior gasto público social. O Butão dedica comparativamente mais fundos públicos à educação que outros países do Sul da Ásia (7 por cento do PIB). As Maldivas gastam relativamente menos que seus pares em saúde (8 por cento do PIB) e que a Índia em assistência social (1,5 por cento). Em contrapartida, Bangladesh possui a menor proporção de gastos, tanto em saúde (0,4 por cento) quanto em educação (2 por cento), e o Butão apresenta o menor gasto em assistência social (0,3 por cento).

Serviços de saúde universais, tais como descritos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abarcam duas dimensões importantes: cobertura e proteção financeira. Apesar de alguns avanços nos resultados da saúde, os gastos do governo continuam baixos na maioria dos países do Sul da Ásia. No Afeganistão, Bangladesh, Índia, Nepal e Paquistão, a carga do financiamento dos cuidados à saúde fica, essencialmente, concentrada nos agregados familiares: gastos próprios correspondem a mais da metade de todos os gastos com a saúde. No entanto, o governo é responsável por mais de 70 por cento do financiamento com assistência médica no Butão e nas Maldivas, além de 43 por cento no Sri Lanka (onde pagamentos próprios são realizados, principalmente, por agregados familiares mais ricos). A expectativa de vida tende a ser maior, e as taxas de mortalidade infantil e materna mais baixas, em países onde o governo gasta mais em saúde. As Maldivas e o Sri Lanka são os únicos países que conseguiram alcançar os alvos de mortalidade dos ODS, enquanto outros (especialmente o Afeganistão) ainda têm um longo caminho a percorrer, especialmente no que diz respeito ao investimento em serviços de saúde para mães e crianças.

Para melhorar a admissão e a conclusão escolares, bem como o aprendizado, é fundamental que governos do Sul da Ásia direcionem fundos adequados ao setor da educação. Apesar de pouco gasto geral como proporção do PIB, dos três setores sociais considerados em Bloch (2020), a educação geralmente recebe mais recursos públicos na região.

Todavia, proporções similares de gastos na educação podem levar a resultados completamente diferentes. Tanto o Afeganistão quanto as Maldivas gastam cerca de 4 por cento do PIB em educação, mas enquanto mais da metade da população do Afeganistão é analfabeta e as inscrições escolares continuam baixas, as Maldivas têm um dos melhores resultados da região. O Sri Lanka apresenta o segundo gasto mais baixo na região (2,8 por cento do PIB), que contrasta com seus resultados excelentes. Paquistão, Bangladesh e Índia têm algumas das menores proporções de gastos (2,9, 2 e 3,8 por cento do PIB, respectivamente), e há muito espaço para melhora. Os indicadores educacionais do Paquistão são os piores da região — o país abriga cerca de metade das mais de 20 milhões de crianças fora da escola no Sul da Ásia, com idade para estar no nível primário ou secundário inferior. Por fim, o Butão e o Nepal gastam relativamente mais em educação (6,6 e 5,2 por cento do PIB, respectivamente), e seus resultados são animadores.



No que diz respeito aos gastos com programas de assistência social, Índia, Nepal e as Maldivas são os únicos países no Sul da Ásia em que os gastos públicos são superiores a 1 por cento do PIB. Os dados também sugerem que há um longo caminho a ser percorrido para ampliar a cobertura e melhorar a adequabilidade de programas de assistência social na região. Mesmo em países onde a cobertura legal foi expandida, uma grande parte da população permanece excluída das redes de proteção social, e a informalidade permanece um obstáculo à proteção social contributiva. Com exceção de Bangladesh, Índia e Sri Lanka, os programas de assistência social no Sul da Ásia nem sempre beneficiam mais os decis mais pobres. Apesar de a proteção social ser fundamental para proteger a população da pobreza e vulnerabilidade, estima-se que seu impacto na redução da pobreza, na maioria dos países do Sul da Ásia, é relativamente baixo. Naturalmente, essas conclusões não deveriam eclipsar os méritos de programas específicos que poderiam ser mais progressistas e eficientes na redução da pobreza, tal como o *Benazir Income Support Programme* (BISP) no Paquistão.

Consolidação fiscal é uma prioridade para todos os governos no Sul da Ásia, dado que a combinação de baixa geração de renda doméstica, gastos inadequados e a deterioração de condições econômicas continuam a resultar em *deficits* fiscais e amortecedores macroeconômicos fracos, que, por sua vez, afetam a capacidade dos países em alocar recursos a setores sociais. Entretanto, o Sul da Ásia é a região que cresce mais rapidamente no mundo. E mesmo países com orçamentos apertados têm o potencial para aumentar investimentos. Tal expansão deve ser realizada de tal forma que a alocação dos recursos seja sustentável e frequente e que a provisão dos serviços não seja interrompida. Esforços têm sido realizados para melhorar o gasto social, mas a arrecadação de impostos continua subutilizada como um mecanismo de financiamento na região, e há uma grande oportunidade para melhoria e redefinição de prioridades dos gastos. Essas medidas devem ser complementadas por esforços para fortalecer a governança e a transparência na gestão de recursos públicos.

Referência:

BLOCH, C. *Social spending in South Asia: an overview of government expenditure on health, education and social assistance*. Research Report n. 44. Brasília e Katmandu: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo e Escritório Regional da UNICEF para o Sul da Ásia, 2020.